

CURSO DE PSICOLOGIA

Patrícia Becker

**NARRATIVAS A CÉU ABERTO: HISTÓRIAS DE MULHERES
EM SITUAÇÃO DE RUA**

Santa Cruz do Sul
2018

Patrícia Becker

**NARRATIVAS A CÉU ABERTO: HISTÓRIAS DE MULHERES
EM SITUAÇÃO DE RUA**

Trabalho de Curso apresentado
ao Curso de Psicologia da
Universidade de Santa Cruz do
Sul como tarefa integrante da
disciplina de Trabalho de Curso
II.

Orientação: Prof^ª Dra. Leticia
Lorenzoni Lasta.

Santa Cruz do Sul
2018

RESUMO

A população que se encontra em situação de rua é um grupo heterogêneo que abarca pessoas de diferentes faixas-etárias, gêneros, com distintas histórias de vida pregressa e objetivos futuros. Paralelamente a pobreza extrema, os vínculos familiares e comunitários fragilizados ou rompidos e a utilização do espaço da rua enquanto local de moradia e/ou subsistência, de forma temporária ou permanente, os aproxima de forma significativa. Essa população chama a atenção da sociedade que vive e mora da forma “tradicional”, sendo considerada uma ameaça tanto em relação à organização e a manutenção das normas vigentes, quanto em relação à segurança da sociedade. Dessa forma, esse grupo é costumeiramente deixado à margem ou até mesmo excluído da comunidade e dos “olhos” da cidade, tanto em nível simbólico quanto espacial. A partir da vivência na rua e das dificuldades encontradas por uma não inserção formal no mercado de trabalho, pode-se inferir que essa população tenha comprometida a sua alimentação, saúde e atenção com o próprio corpo. Porém, essa não é uma regra e alguns sujeitos conseguem se organizar de forma a dar conta das próprias necessidades básicas, apontando para a heterogeneidade desse grupo. De qualquer forma, independente da organização individual ou grupal, esse é um grupo populacional que está em uma situação de vulnerabilidade, e por isso, tem o direito de ser acolhido e acompanhado pelas políticas públicas disponíveis nos municípios, principalmente aquelas voltadas à saúde e a assistência social. Em relação às questões de gênero, o público masculino ainda é majoritário se comparado ao feminino, apesar de este estar em uma crescente nos últimos tempos. O presente estudo buscou conhecer os significados atribuídos ao viver na rua pelas mulheres que estavam ou já estiveram em situação de rua no município de Lajeado/RS. A pesquisa caracterizou-se como qualitativa e utilizou a entrevista narrativa como instrumento para a coleta de dados, tendo sido realizadas cinco entrevistas. A análise dos dados se deu a partir do método de análise temática proposto por Jovchelovitch e Bauer (2002). Posteriormente, a discussão dos dados foi organizada a partir de cinco marcadores temáticos, a saber: Percursos e narrativas: encontros e desencontros com a rua e a família; Mulher: A doçura e a dureza de ser mãe; Cuidado e controle: a funcionalidade das instituições; Vez e voz: O que dizem as mulheres sobre o viver na rua em Lajeado; O caminho inverso: a saída das ruas. Concluiu-se que apesar da rua ser o lugar comum entre as entrevistadas, todas elas apresentaram diferentes vivências e maneiras de significá-las, as quais deram conta das suas necessidades enquanto pessoas e novamente reforçaram a heterogeneidade desse segmento populacional.

Palavras-chave: Mulher em situação de rua. Vivências. Significados. Relações. Entrevista narrativa.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	10
2.1	Passos que antecederam a pesquisa.....	10
2.2	Início do percurso.....	11
2.3	Os encontros e desencontros do caminho.....	13
2.4	A produção dos encontros.....	16
2.5	A compreensão dos encontros.....	20
2.6	A ética dos encontros.....	20
3	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	23
3.1	Percursos e narrativas: encontros e desencontros com a rua e a família.....	23
3.2	Mulher: a doçura e a dureza de ser mãe.....	30
3.3	Cuidado e controle: a funcionalidade das instituições.....	37
3.4	Veza e voz: o que dizem as mulheres sobre o viver na rua em Lajeado.....	51
3.4.1	Afetos e desafetos: relacionamentos de rua.....	55
3.4.2	Prostituição: o corpo como mercadoria.....	59
3.4.3	Prazer e desprazer: abuso de substâncias psicoativas.....	60
3.4.4	Violências e a resiliência feminina.....	64
3.5	O caminho inverso: a saída das ruas.....	67
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
	REFERÊNCIAS.....	75
	ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	82
	ANEXO B – Cartas de aceite de instituição coparticipante.....	83
	ANEXO C – Parecer consubstanciado do CEP (Comitê de Ética em Pesquisa).....	85

1 INTRODUÇÃO

Os centros urbanos foram se constituindo ao longo do tempo e de acordo com os movimentos locais adquiriram características próprias. A população que então vive, trabalha, transita e/ou ocupa esses centros influencia na sua constituição e organização, além dos atravessamentos sociais, econômicos e culturais sempre presentes. Progressivamente criaram-se acordos, combinações, modos de ser e estar ali, explícitos ou implícitos, que passaram a mediar as relações sociais e a vigorar como normas que devem ser respeitadas.

No entanto, nem todas as pessoas que compõe esse lugar concordam com tais definições ou conseguem segui-las e por opção ou não, desconsideram-nas, adotando comportamentos e posturas que se diferenciam dos da população em geral. Esse fato é percebido entre as pessoas que estão em situação de rua, fenômeno que tem atraído e gerado olhares incomodados por parte da comunidade, principalmente nos centros das cidades, uma vez que são considerados desviantes e muito diferentes daquilo que a sociedade espera ou deseja encontrar em seu cotidiano. Frangella (2004, p. 12) define bem essa percepção quando coloca que “os moradores de rua são tidos como ‘fora do lugar’, desencaixados espacial e simbolicamente porque sua visibilidade é traduzida como uma ameaça às definições normativas do espaço urbano”.

Enquanto uma tentativa de conceituar a população que se encontra em situação de rua, é possível afirmar que se caracteriza como um grupo heterogêneo que tem como elo a pobreza extrema, os vínculos familiares e comunitários bastante fragilizados ou rompidos e uma moradia não tradicional, de modo que buscam os espaços públicos ou áreas degradadas para esse fim, bem como para o próprio sustento. Essa situação pode ser temporária ou permanente, sendo que algumas pessoas optam por utilizar casas de acolhida, albergues ou abrigos para o pernoite, enquanto constroem possibilidades que visam a saída das ruas. (SILVA, 2009 apud TEDESCHI, 2016).

Geralmente essa população estabelece uma relação íntima com o espaço público da rua, experienciando ali a vida privada, utilizando-o para diferentes e infinitos fins e apesar desse local também ser seu por direito, são comuns e recorrentes os movimentos higienistas que objetivam retirar tais pessoas dali. É evidente, nesse sentido, que esse grupo social ocupa uma posição marginalizada em relação aos outros grupos, pois, é desconsiderado enquanto raça humana e identificado como um “lixo social” que não foi autorizado a estar ali e conseqüentemente não merece ser olhado. Sendo assim, o risco social e a condição vulnerável a que essas pessoas estão submetidas (TILIO; VIDOTTO; GALEGO, 2015) justifica a criação

e a execução de políticas públicas intersetoriais que propiciem espaço de escuta, atenção, cuidado e o desenvolvimento de potencialidades no espaço da rua.

Considerando tal conjuntura, entre outras, e a importância de amparar esse grupo populacional, é sancionada a Lei nº 8.742 em 07 de Dezembro de 1993, a qual dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) que em seu Art. 1º define: “A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”. (BRASIL, 1993, p. 1). Em 06 de Julho de 2011 é sancionada a Lei nº 12.435, que altera a anteriormente citada e inclui, entre outros, os tipos de proteção social garantidos pelo Estado através do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. (BRASIL, 2011a).

A Proteção Social Básica, por meio dos serviços, projetos, programas e benefícios assistenciais vai se ocupar de ações que visam prevenir as questões de vulnerabilidade e situações de risco social, buscando o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários enquanto estratégia de cuidado. A Proteção Social Especial de Média Complexidade vai dar conta das situações em que os vínculos familiares e comunitários já foram rompidos, sendo necessária a sua reconstrução, contribuindo para que a ocorrência da violação de direitos seja cessada. A Proteção Social Básica será ofertada pelo Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, e a Proteção Social Especial de Média Complexidade, por sua vez, será ofertada pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. (BRASIL, 1993).

No que se refere à organização dos serviços de proteção em níveis de complexidade, a Resolução nº 109 de 11 de Novembro de 2009 aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e determina sobre os Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade, em seu Art. 1º, II, “e”, o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. (CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2009). Em conformidade, o Art. 23 da Lei nº 8.742/1993 informa que os serviços socioassistenciais vão promover ações continuadas, buscando a melhoria de vida dos sujeitos por meio do provimento de suas necessidades básicas. Em seu § 2º, II, expõe que serão criados programas de apoio para as pessoas que vivem nessa situação.

Ainda, em 23 de Dezembro de 2009 foi promulgado o Decreto nº 7.053 que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. (BRASIL, 2009). A Política busca “orientar a construção e execução de políticas públicas voltadas a este segmento da

sociedade, historicamente à margem das prioridades dos poderes públicos” (BRASIL, 2008, p. 2), elucidando os seus objetivos de reintegrar estes sujeitos ao âmbito familiar e comunitário, garantir o acesso pleno aos seus direitos de cidadão, bem como propiciar oportunidades de desenvolvimento social levando em conta as particularidades de sua vivência na rua. Nesse sentido, a Política ressalta a importância de contar com o protagonismo dos próprios sujeitos e movimentos sociais em busca da efetivação destas disposições.

De acordo com diferentes autores (ROSA; BRÊTAS, 2015; COSTA et al, 2015) e a partir da própria experiência de observação da pesquisadora em um Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, destaca-se que esse público é majoritariamente do gênero masculino, porém, a população feminina vem crescendo e possivelmente modificando essa dinâmica social. Nesse sentido, a presente pesquisa abordou o tema das mulheres que estavam ou estiveram em situação de rua no município de Lajeado/RS, tendo como objetivo maior o conhecimento acerca dos significados atribuídos ao viver na rua por essas mulheres.

Conforme os mesmos autores, pelo fato de elas ainda estarem em minoria nas ruas, as pesquisas e publicações contemplam de forma mais ampliada os homens que estão nessa condição, sendo que poucas se atêm ao gênero feminino em específico. Tal questão se colocou enquanto um desafio que ao longo da pesquisa foi superado e, além disso, justificou a realização da mesma, uma vez que pode suscitar a expansão da temática e das discussões e reflexões acerca desta, ampliando, quiçá, as produções acadêmicas a partir dessa perspectiva.

Por fim, vale destacar que não se tem a pretensão de tecer considerações gerais e universais acerca do tema proposto, mas sim, conhecer a perspectiva de algumas das mulheres que vivem ou viveram em situação de rua no município citado. Enquanto um achado da pesquisa, pode-se destacar que embora elas compartilhassem o mesmo espaço público, as significações acerca dessa vivência foram bastante singulares, apontando a importância de uma análise e discussão dos dados que também o seja.

REFERÊNCIAS

ABDELGALIL, S. et al. Household and family characteristics of street children in Aracaju, Brazil. *Arch Dis Chil.*, v. 89, n. 89, 2004, p. 817-820. Disponível em: <<https://adc.bmj.com/content/archdischild/89/9/817.full.pdf>>. Acesso em 15 out. 2018.

ALMEIDA, S. F.; JUNIOR, D. R.; SOUZA, R. P. A rua como espaço e tempo de possibilidades educativas. *Revista Inter-Ação*, v. 41, n. 2, 2016, p. 323-336. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/viewFile/40776/21431>>. Acesso em 10 mar. 2018.

ANDRADE, L. P.; COSTA, S. L.; MARQUETTI, F. C. A rua tem um ímã, acho que é a liberdade: potência, sofrimento e estratégias de vida entre moradores de rua na cidade de Santos, no litoral do Estado de São Paulo. *Saúde Soc.*, v. 23, n. 4, 2014, p. 1248-1261. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v23n4/0104-1290-sausoc-23-4-1248.pdf>>. Acesso em 10 mar. 2018.

BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.

BISCOTTO, P. R. et al. Compreensão da vivência de mulheres em situação de rua. *Rev. Esc. Enferm. USP*, v. 50, n. 5, 2016, p. 750-756. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v50n5/pt_0080-6234-reeusp-50-05-0750.pdf>. Acesso em 06 nov. 2018.

BRASIL. Lei n. 12.435 de 06 de Julho de 2011. Altera a Lei n. 8.742 de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 07 jul. 2011a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112435.htm>. Acesso em 24 mar. 2018.

_____. Resolução n. 29 de 30 de Junho de 2011. Dispõe sobre os requisitos de segurança sanitária para o funcionamento de instituições que prestem serviços de atenção a pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 30 jun. 2011b. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2011/res0029_30_06_2011.html>. Acesso em 06 nov. 2018.

_____. Decreto n. 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 24 dez. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2009/decreto/d7053.htm>. Acesso em 01 jun. 2018.

_____. *Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua*. Brasília, DF, mai. 2008. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civel/acoes_afirmativas/Pol.NacionalMorad.Rua.pdf>. Acesso em 01 jun. 2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004*. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>. Acesso em 24 mar. 2018.

_____. Portaria n. 336 de 19 de Fevereiro de 2002. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 19 fev. 2002. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt0336_19_02_2002.html>. Acesso em 02 abr. 2018.

_____. Lei n. 8.742 de 07 de Dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 08 dez. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm>. Acesso em 24 mar. 2018.

_____. Lei n. 8.069 de 13 de Julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em 10 nov. 2018.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 20 nov. 2018.

CANDIANI, C.; PEDRA, M.; GALLASSI, A. Álcool e drogas. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Manual sobre o cuidado à saúde junto a população em situação de rua*. 2012, p. 72-76. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/manual_cuidado_populacao_ rua.pdf>. Acesso em 15 nov. 2018.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. 611 p.

CENTRO REGIONAL DE TRATAMENTO E RECUPERAÇÃO DE ALCOOLISMO. Desenvolvido por Pixel Mídia Digital. *Apresenta informações da CENTRAL*. Disponível em: <<https://www.central.org.br/index.php?sel=1>>. Acesso em 03 nov. 2018.

COELHO, M. T. B. F.; DIAS, C. M. S. B. Avós Guardiões: Uma Revisão Sistemática de Literatura do Período de 2004 a 2014. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 32, n. 4, 2016, p. 1-7. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v32n4/1806-3446-ptp-32-04-e324214.pdf>>. Acesso em 30 out. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogas(os) no CAPS - Centro de Atenção Psicossocial*. Brasília: CFP, 2013. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/11/CAPS_05.07.pdf>. Acesso em 28 mar. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Resolução n. 109 de 11 de Novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 25 nov. 2009. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia_social/resolucoes/2009/Resolucao%20CNAS%20no%20109-%20de%2011%20de%20novembro%20de%202009.pdf>. Acesso em 24 mar. 2018.

COSTA, S. L. et al. Gestantes em situação de rua no município de Santos, SP: reflexões e desafios para as políticas públicas. *Saúde Soc.*, v. 24, n. 3, 2015, p. 1089-1102. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v24n3/0104-1290-sausoc-24-03-01089.pdf>>. Acesso em 19 mar. 2018.

DANTAS, Monica. *Construção de políticas públicas para população em situação de rua no Município do Rio de Janeiro: limites, avanços e desafios*. 2007, 164 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública). Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/5015>>. Acesso em 02 nov. 2018.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FIORATI, R. C. et al. As rupturas sociais e o cotidiano de pessoas em situação de rua: estudo etnográfico. *Rev. Gaúcha Enferm.*, v. 37, n. especial, 2016, p. 1-8. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rgenf/v37nspe/0102-6933-rgenf-1983-14472016esp72861.pdf>>. Acesso em 12 nov. 2018.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. 16. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

_____. *Os anormais*: curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. *O nascimento da clínica*. 1 ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1977.

FRANGELLA, Simone Miziara. *Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*. 2004, 361 p. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. Disponível em <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/279907>>. Acesso em 26 maio 2018.

GERONDO, Vanessa Luz dos Santos. *As avós idosas cuidadoras dos netos hospitalizados*. 2006, 165 p. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Enfermagem). Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2006. Disponível em: <<http://www.ppgenf.ufpr.br/Disserta%C3%A7%C3%A3oVanessaGerondo.PDF>>. Acesso em 30 out. 2018.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991. 159 p.

GOMES, M. A.; PEREIRA, M. L. D. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 10, n. 2, 2005, p. 357-363. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n2/a13v10n2>>. Acesso em 15 out. 2018.

GONTIJO, D. T.; MEDEIROS, M. Crianças e adolescentes em situação de rua: contribuições para a compreensão dos processos de vulnerabilidade e desfiliação social. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 14, n. 2, 2009, p. 467-475. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v14n2/a15v14n2.pdf>>. Acesso em 15 out. 2018.

HILDEBRAND, N. A. et al. Violência Doméstica e Risco para Problemas de Saúde Mental em Crianças e Adolescentes. *Psicologia, Reflexão e Crítica*, v. 28, n. 2, 2015, p. 213-221. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v28n2/0102-7972-prc-28-02-00213.pdf>>. Acesso em 03 nov. 2018.

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. W. Entrevista narrativa. In: GASKELL, G.; BAUER, M. W. (Coord.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 90 – 113.

JUNIOR, Nilson Nunes da Silva. O conceito de Estado. *Rev. Âmbito Jurídico*, v. 12, n. 68, 2009. Não paginado. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6742&revista_caderno=9>. Acesso em 10 nov 2018.

LACERDA, C. B.; FUENTES-ROJAS, M. Significados e sentidos atribuídos ao Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas (CAPS AD) por seus usuários: um estudo de caso. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, v. 21, n. 61, 2017, p. 363-372. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v21n61/1807-5762-icse-1807-576220160060.pdf>>. Acesso em 02 nov. 2018.

LEMKE, R. A.; SILVA, R. A. N. Um estudo sobre a itinerância como estratégia de cuidado no contexto das políticas públicas de saúde no Brasil. *Physis*, v. 21, n. 3, 2011, p. 979-1004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v21n3/12.pdf>>. Acesso em 02 nov. 2018.

LEMOS, F. C. S.; JUNIOR, H. R. C.; ALVAREZ, M. C. Instituições, confinamento e relações de poder: questões metodológicas no pensamento de Michel Foucault. *Psicologia & Sociedade*, v. 26, n. especial, 2013, p. 100-106. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v26nspe/11.pdf>>. Acesso em 16 nov. 2018.

LOBO, Lilia Ferreira. *Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008. 451 p.

MACERATA, I.; SOARES, J. G. N.; RAMOS, J. F. C. Apoio como cuidado de territórios existenciais: Atenção Básica e a rua. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, v. 18, n. 1, 2014, p. 919-930. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v18s1/1807-5762-icse-18-1-0919.pdf>>. Acesso em 10 mar. 2018.

MEDEIROS, Alessandra. *Pessoas em situação de rua: a saída para a saída. Um estudo sobre pessoas que saíram da rua*. 2010, 187 p. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010, 187 p. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/17482/1/Alessandra%20Medeiros.pdf>>. Acesso em 23 nov. 2018.

MEYER, Dagmar E. Estermann. A politização contemporânea da maternidade: construindo um argumento. *Rev. Gênero*, v. 6, n. 1, 2005, p. 81-104. Disponível em:

<<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/198/134>>. Acesso em 29 out. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. 80 p.

_____. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 6. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999. 269 p.

MOREIRA, L. E.; NARDI, H. C. Mãe é tudo igual? Enunciados produzindo maternidade(s) contemporânea(s). *Estudos Feministas*, v. 17, n. 2, 2009, p. 569-594. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v17n2/15.pdf>>. Acesso em 22 out. 2018.

OSORIO, Luiz Carlos. En(a)tendendo famílias. In: OSORIO, L. C.; VALLE, M. E. *Terapia de famílias: novas tendências*. Porto Alegre: Artmed, 2002a, 157 p.

_____. Teoria sistêmica e da comunicação humana. In: OSORIO, L. C.; VALLE, M. E. *Terapia de famílias: novas tendências*. Porto Alegre: Artmed, 2002b, 157 p.

PALEPU, A. et al. Quality of life themes in Canadian adults and street youth who are homeless or hard-to-house: A multi-site focus group study. *Health and Quality of Life Outcomes*, v. 10, n. 93, 2012, p. 1-11. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3462681/pdf/1477-7525-10-93.pdf>>. Acesso em 06 nov. 2018.

PERRONE, Pablo Andrés Kurlander. A comunidade terapêutica para recuperação da dependência do álcool e outras drogas no Brasil: mão ou contramão da reforma psiquiátrica? *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, n. 2, 2014, p. 569-580. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v19n2/1413-8123-csc-19-02-00569.pdf>>. Acesso em 06 nov. 2018.

PIANA, Maria Cristina. *A construção do perfil do assistente social no cenário educacional*. [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-06.pdf>>. Acesso em 31 maio 2018.

PREFEITURA DE LAJEADO. Desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Lajeado. *Apresenta informações gerais sobre a Rede de Atenção Psicossocial (CAPS)*. Disponível em: <http://www.lajeado.rs.gov.br/?titulo=Sa%FAde&template=hotSite&categoria=970&codigoCategoria=970&tipoConteudo=INCLUDE_MOSTRA_CONTEUDO&idConteudo=3833>. Acesso em 28 maio 2018.

RIBEIRO, Moneda Oliveira. A rua: um acolhimento falaz às crianças que nela vivem. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, v.11, n. 5, 2003, p. 622-629. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlae/v11n5/v11n5a09.pdf>>. Acesso em 18 out. 2018.

ROSA, A.; BRÊTAS, A. C. P. A violência na vida de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo, Brasil. *Revista Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, v. 19, n. 53, 2015, p. 275-285. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v19n53/1807-5762-icse-19-53-0275.pdf>>. Acesso em 10 mar. 2018.

SANTOS, C. S. et al. Uma análise sobre o atendimento à população em situação de rua no município de Belém/PA: problematizações acerca do serviço de acolhimento institucional. In: VII Jornada Internacional Políticas Públicas, 2015. *Anais...* Maranhão: Universidade Federal do Maranhão, 2015. Disponível em:

<<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo4/uma-analise-sobre-o-atendimento-a-populacao-em-situacao-de-rua-no-municipio-de-belem.pdf>>. Acesso em 16 nov. 2018.

SANTOS, Lene Lima. *Habitar a rua: compreendendo os processos de risco e resiliência*. 2006, 123 p. Dissertação (Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006, 123 p. Disponível em:

<<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/8305/000573038.pdf?sequence=1>>. Acesso em 25 nov. 2018.

SILVA, A. B. et al. O cuidado ao usuário de crack: estratégias e práticas de trabalho no território. *Rev. Gaúcha Enferm.*, v. 37, n. esp., 2016, p. 1-7. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/rgenf/v37nspe/0102-6933-rgenf-1983-14472016esp68447.pdf>>. Acesso em 02 nov. 2018.

SILVA, D. G.; LEMOS, F. C. S.; GALINDO, D. Corpos em situação de rua: entre práticas de normalização e resistência. *Contemporânea*, v. 6, n. 2, 2016, p. 467-484. Disponível em:

<<http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/431/186>>. Acesso em 11 maio 2018.

SILVA, Ana Mateus. A colaboração dos avós na educação dos netos. *Interfaces Científicas – Educação*, v. 1, n. 1, 2012a, p. 67-75. Disponível em:

<<https://periodicos.set.edu.br/index.php/educacao/article/viewFile/176/87>>. Acesso em 30 out. 2018.

SILVA, Tiago Lemões da. *Família, Rua e Afeto: Etnografia dos vínculos familiares, sociais e afetivos de homens e mulheres em situação de rua*. 2012, 169 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012b.

Disponível em:

<http://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/123456789/1548/1/Tiago_Lemoes_Silva_Dissertacao.pdf>. Acesso em 15 nov. 2018.

SILVA, D. V.; SALOMÃO, N. M. R. A maternidade na perspectiva de mães adolescentes e avós maternas dos bebês. *Estudos de Psicologia*, v. 8, n. 1, 2003, p. 135-145. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v8n1/17243.pdf>>. Acesso em 30 out. 2018.

TEDESCHI, Kátia Mottin. *Se esta rua, se esta rua fosse minha... Cuidado à população em situação de rua em Lajeado, RS*. 2016, 116 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva). Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em:

<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/157555/001019701.pdf?sequence=1>>. Acesso em 05 mar. 2018.

TILIO, R.; VIDOTTO, L. T.; GALEGO, P. S. Medos e expectativas de usuários de drogas em situação de rua. *Revista da SPAGESP*, v. 16, n. 2, 2015, p. 75-87. Disponível em:

<<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rspagesp/v16n2/v16n2a07.pdf>>. Acesso em 10 mar. 2018.

VERNAGLIA, T. V. C.; VIEIRA, R. A. M. S.; CRUZ, M. S. Usuários de crack em situação de rua – características de gênero. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 20, n. 6, 2015, p. 1851-1859. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v20n6/1413-8123-csc-20-06-1851.pdf>>. Acesso em 15 nov. 2018.